

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Índice

Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	7
Notas explicativas às Demonstrações financeiras.....	8

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>		<u>Notas</u>	<u>31/12/2021</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.834	Fornecedores	11	1.655
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	1.972	Obrigações sociais e trabalhistas	12	290
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		4	Tributos a recolher		145
Despesas antecipadas	8	566	Outras contas a pagar	13	271
Adiantamentos a terceiros		1			<u>2.361</u>
		<u>4.377</u>			
Realizável a longo prazo			Total do passivo		<u>2.361</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.1	310	Patrimônio líquido		
		<u>310</u>	Capital social	15.1	11.566
Imobilizado	9	1.435	Prejuízos Acumulados		(602)
Intangível	10	7.203	Total do patrimônio líquido		<u>10.964</u>
		<u>8.948</u>			
Total do ativo		<u>13.325</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>13.325</u>

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações dos resultados
Para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>07/07/2021 a</u> <u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida		-
Custo dos serviços prestados		-
Lucro bruto		-
Receitas/(despesas) operacionais:		
Despesas gerais e administrativas	17	(926)
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		(926)
Receitas financeiras		15
Despesas financeiras		(1)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(912)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13.1	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13.1	310
Prejuízo líquido do período		(602)

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

	<u>07/07/2021 a</u> <u>31/12/2021</u>
Prejuízo líquido do período	(602)
Outros resultados abrangentes	-
Total de outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do período	<u>(602)</u>

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 07 de julho de 2021	-	-	-
Integralização de capital (nota 16.1)	11.566	-	11.566
Prejuízo do período	-	(602)	(602)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.566	(602)	10.964

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021
Em milhares de reais

	Nota	07/07/2021 a 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(912)
Ajuste para:		
		(912)
Fornecedores	11	1.655
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	12	435
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		(296)
		1.794
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos		(4)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		(1.972)
Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais		
(1.094)		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	9	(1.435)
Adições ao ativo intangível	10	(7.203)
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimento		
(8.638)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização e aumento de capital	13.1	11.566
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		
11.566		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
1.834		
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período		-
No final do período		1.834
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
1.834		

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. (“Sociedade”), é uma sociedade anônima constituída em 07 de julho de 2021, com sede em Teresina, Estado do Piauí, Brasil, que tem como atividade principal construção de rodovias e ferrovias, e assinou em 26 de julho de 2021 o contrato de concessão para prestação dos serviços públicos de conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação rodoviária das rodovias PI-397 e PI-262 (“Transcerrados”), onde a CS Brasil Transportes detém 64% de participação. Adicionalmente, a Sociedade é uma controlada indireta da Simpar S.A (“Grupo Simpar”).

1.1 Contrato de concessão

A Contraprestação será devida à Concessionária após o início da cobrança de pedágio a partir do 13o (décimo terceiro) mês do contrato e será proporcional ao andamento das obras de pavimentação, desde que tenham sido concluídos os Trabalhos Iniciais e atendidos os indicadores de desempenho. À medida que as obras forem concluídas, cresce o % (percentual) de Contraprestação a ser pago e os valores contabilizados via receita de pedágio.

No prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão das obras de pavimentação dos 143,70 km da Transcerrados, e após a vistoria de recebimento de obras com a avaliação dos indicadores de desempenho, o Poder Concedente deverá emitir uma autorização para início de operação das praças de pedágio P2 e P3.

O poder concedente pagará à Concessionária a contraprestação mensal devida ao longo dos 30 anos de vigência do contrato, tendo como ponto de partida o valor indicado na proposta comercial adjudicatária.

Após decorridos 12 meses da data do termo de recebimento de todos os investimentos referentes aos trabalhos iniciais em todos os trechos e iniciada a operação da via, de acordo com o regramento estabelecido no contrato, entrará em vigência o mecanismo de compartilhamento do risco de demanda, que será aplicado conforme as diretrizes apresentadas a seguir:

- (i) Caso o quantitativo de eixos equivalentes pagantes, verificado no período de apuração, seja até 5% (cinco por cento) superior ou 5% inferior ao quantitativo previsto no item (iv) do contrato de concessão, a contraprestação efetiva mensal do período subsequente ao período de apuração será igual à Contraprestação com Aplicação dos Indicadores de Desempenho
- (ii) Caso o quantitativo de eixos equivalentes pagantes, verificado no período de apuração, seja superior a 5% (cinco por cento) do quantitativo previsto no item (iv) a contraprestação efetiva mensal do período subsequente ao período de apuração será descontada no montante equivalente a 90% (noventa por cento) do valor correspondente ao produto da tarifa básica de pedágio vigente por 1/12 (um doze avos) do quantitativo de eixos equivalentes pagantes que exceder o quantitativo previsto na apuração.
- (iii) Caso o quantitativo de eixos equivalentes pagantes, verificado no período de apuração, seja inferior a 5% (cinco por cento) do quantitativo previsto no item (iv) a contraprestação efetiva mensal do período subsequente ao período de apuração será acrescida do montante equivalente a 90% (noventa por cento) do valor correspondente ao produto da tarifa básica de pedágio vigente por 1/12 (um doze avos) do quantitativo de eixos equivalentes pagantes que for inferior ao quantitativo revisto na apuração. (a) No caso de aplicação do item (iii), o valor da contraprestação efetiva mensal não poderá ultrapassar o teto de 70% da remuneração total da concessionária.

A concessionária deverá apurar, mensalmente, o valor correspondente à Receita tarifária verificada, expressa em eixos equivalentes pagantes, e encaminhar ao poder concedente até 15 (quinze) dias após o término de cada mês-calendário, o relatório de verificação, detalhado por praça de pedágio, com informações sobre a demanda de tráfego, o volume diário de veículos, o quantitativo de eixos equivalentes pagantes e a Receita tarifária na Rodovia e a aplicação da regra do compartilhamento do risco de demanda será realizada anualmente.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cada 12 (doze) meses da data do termo de recebimento de conclusão de todos os investimentos referentes aos trabalhos iniciais em todos os trechos e iniciado a operação da via, será elaborado pelo poder concedente, com base nos relatórios mensais subscritos, o cálculo sobre o acréscimo ou desconto eventualmente devido nas contraprestações mensais para aplicação nos 12 (doze) meses subsequentes ao período de apuração.

Para atualização do quantitativo definido nos itens (i), (ii) e (iii) a ser considerado como quantitativo previsto para os anos subsequentes, será aplicada a taxa de crescimento da demanda de tráfego real verificada nos relatórios mensais indicados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de receita, pois a concessão encontra-se em estágio pré-operacional com receita inicial estimada para o último trimestre de 2022.

1.2 Ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

1.3 Licenças e autorizações

É de responsabilidade da Concessionária requerer, custear e obter todas as licenças ambientais (Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação) e autorizações (certidões, alvarás, etc.) necessárias à implementação e operação do sistema rodoviário, bem como à execução das obras a serem implantadas.

1.4 Ônus de contrato

Para execução da fiscalização da concessão, a sociedade deve arcar trimestralmente com valor de "ônus de fiscalização" em valor total equivalente a 2% (dois por cento) sobre a totalidade da receita tarifária bruta auferida pela Concessionária no período.

Considerando que as atividades da concessão estão em fases iniciais de construção, não houve geração e reconhecimento de receita no exercício de 2021 e portanto não houve também montante de ônus de contrato.

1.5 Situação da COVID-19

A Sociedade continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 quanto aos aspectos econômicos, financeiros, sociais e de saúde, e mantém as ações, alinhadas com as diretrizes da OMS, que foram implementadas para o cuidado de seus colaboradores.

1.6 Sustentabilidade e meio ambiente

A gestão do Grupo Simpar promove a incorporação da sustentabilidade na estratégia, nas tomadas de decisões e no propósito do grupo, precedendo a exposição aos riscos e priorizando a maximização de impactos socioambientais positivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração considerou a exposição aos riscos relacionados ao clima, de forma a construir uma estratégia corporativa em linha com a transição para economia de baixo carbono. São esses riscos:

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- regulatórios e legais: decorrentes de mudanças regulatórias brasileiras e/ou internacionais que incentivem a transição para uma economia de baixo carbono e que aumenta o risco de litígio e/ou restrições comerciais e/ou operacionais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas;
- tecnológicos: decorrentes do surgimento de novas tecnologias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono, que pudessem impactar na atual base operacional do grupo;
- de mercado: decorrentes de mudanças na preferência dos participantes do mercado por certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; e
- reputacionais: relacionados à mudança de percepções dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.

Mudanças climáticas

Entre os impactos decorrentes das operações de seu portfólio, o Grupo Simpar considera como um dos temas materiais às mudanças climáticas. Por isso, o tema consta na Política de Sustentabilidade, com foco em discussões estratégicas, promovidas mensalmente pelos comitês de sustentabilidade e trimestralmente apresentadas ao Conselho de Administração. A gestão do tema ocorre principalmente no âmbito do Programa de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE). O objetivo da Sociedade é estimar o impacto ambiental de seus negócios, principalmente no contexto de discussões sobre planos de redução de emissões em diversos fóruns ao redor do mundo.

Nesse sentido, em 2021, medidas foram reforçadas para mitigar impactos, a exemplo de uso racional de combustíveis, renovação contínua da frota e monitoramento de indicadores, por meio de inventário de emissões com base na metodologia internacional do *GHG Protocol*. Assim, a busca é por aprimorar a influência, o monitoramento e o diálogo com toda a cadeia de valor.

Em 2021, reafirmamos nosso compromisso com a descarbonização de nossas operações para enfrentamento às mudanças climáticas assinando o documento “Empresários pelo Clima” e nos comprometendo com metas de redução das emissões de *GEE* no Brasil.

Além disso, contamos com um grupo de trabalho multidisciplinar sobre o tema, acompanhamos a evolução dos debates nas esferas nacional e internacional, além de observamos aspectos regulatórios, antecipando quaisquer impactos potenciais.

Gestão de recursos naturais

O Grupo Simpar possui sua sede administrativa, onde também está localizada a sede administrativa da Sociedade certificada pela norma ISO 14001, com indicadores-chave de desempenho e indicadores de eficiência energética. Para consumo racional de energia elétrica, são mantidas diretrizes de eficiência; manual do Sistema de Gestão Ambiental; e o monitoramento contínuo do consumo de energia elétrica, com indicadores de desempenho baseadas nas métricas quilowatts/colaboradores.

Em relação a gestão de resíduos o Grupo Simpar dispõe de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, tendo como os principais resíduos gerados em nossas operações pneus, materiais contaminados e óleo lubrificante, sendo usado em oficinas próprias ou terceiras. Adotamos como procedimento interno a avaliação da condição dos pneus, a fim de identificar possibilidades de recapagem e outras formas de reutilização. Já o óleo lubrificante é submetido a um processo de rerrefino, por empresa especializada, permitindo o reuso. Ainda em 2021, iniciamos um teste piloto com o *software* voltado à gestão de resíduos em 57 unidades piloto do Grupo Simpar, objetivando o aumento de nosso desempenho na tratativa do tema.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas.

2.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC)

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de abril de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As Demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado conforme divulgado na nota explicativa 5.1, quando aplicável.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Todos os ativos financeiros serão reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Sociedade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Sociedade realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Sociedade.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Sociedade considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Sociedade considera:

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Sociedade a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

a) Desreconhecimento

A Sociedade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Sociedade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro

2.3.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e desreconhecimento

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Sociedade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Sociedade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.3.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

A Sociedade reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Sociedade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

2.4 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Sociedade tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Sociedade.

Quando disponível, a Sociedade mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Sociedade utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Sociedade mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Sociedade determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.5 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Sociedade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

Reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

d) Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos, os quais a Sociedade fosse requerido a realizar uma estimativa formal do valor presente recuperável.

2.6 Intangível

Os custos incorridos para que a estrutura necessária esteja pronta para realização do contrato de concessão são capitalizados e serão amortizados pelo tempo do contrato de concessão.

2.7 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por Sociedade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de

renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

2.8 Provisões

2.8.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando a Sociedade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Contabilização do contrato de concessão

A contabilização do contrato de concessão é realizada conforme determinado pela interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contrato de concessão.

A Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão. As divulgações do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 1.1.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de contrato de concessão pois a concessão encontra-se em estágio pré-operacional com receita inicial estimada para o último trimestre de 2022.

b) Reconhecimento de ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão e assinatura do termo de posse.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorre quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação ou melhoria da infraestrutura, que apresente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas no momento da incorporação da construção, tendo como contrapartida o ativo intangível.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021

- a) **Reforma da IBOR - Fase 2:** alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - "Instrumentos Financeiros", ao CPC 06(R2) - Arrendamentos, ao CPC 11 "Contratos de Seguros". A Fase 2 da reforma da IBOR traz as seguintes exceções temporárias na aplicação das referidas normas, que foram adotadas pelo Grupo, com relação a:
- (i) **Fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros:** permitido mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais sem ocasionar em desconhecimento do contrato e, conseqüentemente, sem efeito imediato de ganho ou perda no resultado do exercício, desde que diretamente relacionada com a reforma da taxa de juros de referência e substituição da taxa de juros, e que a nova base seja considerada economicamente equivalente à base anterior.
 - (ii) **Relações de hedge:** a designação formal da relação de proteção deve ser alterada apenas para designar a taxa de referência alternativa como um risco coberto, alterar a descrição do item protegido e/ou alterar a descrição do instrumento de cobertura. Tal alteração na designação formal da relação de proteção não constitui descontinuação da relação de proteção e nem nova relação de proteção, portanto sem efeitos imediatos no resultado do exercício.
- b) **Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** alterações ao CPC 06(R2) "Arrendamentos": prorrogação da aplicação do expediente prático de reconhecimento das reduções obtidas pela Sociedade nos pagamentos dos arrendamentos diretamente no resultado do exercício e não como uma modificação de contrato, até 30 de junho de 2022.

A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais no exercício de adoção (1º de janeiro de 2021).

Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. O Grupo Vamos não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras:

- a) **Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado":** revisão que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022;
- b) **Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** revisão para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022;
- c) **Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios":** revisão com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022;
- d) **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022: CPC 06(R2) - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- e) **Alteração ao CPC 26(R1) "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** com o objetivo de esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do CPC 26(R1). As alterações do CPC 26(R1) tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- f) **Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis:** nova alteração sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- g) **Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- h) **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que as alterações acima tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, e não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Sociedade estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2021		
Ativos, conforme balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.834	1.834
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1.972	-	1.972
	1.972	1.834	3.806

	31/12/2021	
Passivos, conforme balanço patrimonial	Custo amortizado	Total
Fornecedores	1.655	1.655
Outras contas a pagar	271	271
	1.926	1.926

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Sociedade, está demonstrada a seguir:

	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2021	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1.834	1.834
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1.972	1.972
Total	3.806	3.806

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros

Fornecedores	1.655	1.655
Outras contas a pagar	271	271
Total	1.926	1.926

Passivos financeiros

Fornecedores	1.655	1.655
Outras contas a pagar	271	271
Total	1.926	1.926

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com a hierarquia de valorização abaixo:

Nível 1 - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos;

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo de acordo com essa hierarquia:

	<u>Nível1</u>	<u>Total</u>
Ativos ao valor justo por meio do resultado		
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	817	817
LTN - Letras do Tesouro Nacional	1.155	1.155
	<u>1.972</u>	<u>1.972</u>

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados à CDI em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	9,15	11,20	11,79	11,00	10,61	10,61	10,72

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2021.

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos da Sociedade se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Sociedade possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora Simpar, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Sociedade sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Sociedade está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração da controladora Simpar autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Sociedade está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

i. Caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Sociedade, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Sociedade está exposto ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Rating em Escala Local "Br"		
Nomenclatura		Qualidade
Br	AAA	Prime
Br	AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
Br	A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br	BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br	BB+, BB, BB-	Grau de Não Investimento Especulativo
Br	B+, B, B-	Grau de Não Investimento Altamente Especulativo
Br	CCC	Grau de Não Investimento Extremamente Especulativo
Br	DDD, DD, D	Grau de Não Investimento Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Sociedade para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>
Valores depositados em conta corrente	144
Br AAA	1.690
Total de aplicações financeiras	1.690
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.834
	<u>31/12/2021</u>
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	
Br AAA	1.972
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	1.972

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Sociedade afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Sociedade ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado. A análise de sensibilidade está demonstrada na nota explicativa 5.3.1.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Sociedade monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Sociedade, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	<u>31/12/2021</u>		
	<u>Contábil</u>	<u>Fluxo contratual</u>	<u>Até 1 ano</u>
Passivos financeiros			
Fornecedores	1.655	1.655	1.655
Outras contas a pagar	271	271	271
Total	1.926	1.926	1.926

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2021</u>
Bancos	144
Total de disponibilidades	144
CDB - Certificado de depósitos bancários	1.673
Letras financeiras	17
Total de aplicações financeiras	1.690
Total	1.834

Durante o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio das aplicações financeiras foi equivalente a 9,06 % a.a.

7. Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

Operações	<u>31/12/2021</u>
Títulos públicos - Fundos exclusivos	
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	817
LTN - Letras do Tesouro Nacional	1.155
Total	1.972
Ativo circulante	1.972
Ativo não circulante	-
Total	1.972

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos é definido por taxas pré-fixada e pós-fixada (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 o rendimento médio foi equivalente a 9,06 % a.a.

8. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2021</u>
Seguros a apropriar	566
Total	<u>566</u>

9. Imobilizado

A movimentação para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	<u>Veículos (i)</u>	<u>Total</u>
Custo:		
Em 07 de julho de 2021	-	-
Adições	1.435	1.435
Em 31 de dezembro de 2021	<u>1.435</u>	<u>1.435</u>
Saldos líquidos:		
Saldos em 07 de julho de 2021	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.435	1.435

- (i) Refere-se a compra de veículos de alta tração (4x4) para a que a equipe responsável pelas obras de construção da rodovia possam transitar com segurança pelos terrenos irregulares.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve depreciação, pois os veículos foram adquiridos nos últimos 15 dias do exercício, portanto a depreciação será iniciada no mês subsequente.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

A movimentação para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Projetos (i)	Serviços contratados (ii)	Comissões (iii)	Consultorias (iv)	Outros (v)	Total
Custo						
Em 07 de julho de 2021	-	-	-	-	-	-
Adições	5.651	587	300	548	117	7.203
Em 31 de dezembro de 2021	5.651	587	300	548	117	7.203

(i) Refere-se a projetos de estudos de viabilidade da concessão, conforme requerido pelo edital e contrato de concessão.

(ii) Refere-se à contratação de serviços para participação no leilão de concessão, conforme exigido pelo edital, o qual deu origem a SPE em questão e seguros.

(iii) Refere-se a comissões pagas para captação de financiamentos junto ao BNB na controladora Grãos do Piauí.

(iv) Refere-se a consultorias contratadas sendo consultoria jurídica, consultoria financeira e consultoria de engenharia.

(v) Refere-se aos impostos e taxas obrigatórios para o funcionamento da operação

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Fornecedores

	<u>31/12/2021</u>
Serviços contratados	1.416
Outros	239
Total	<u>1.655</u>

12. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2021</u>
Provisões de férias	66
Salários	136
INSS	69
FGTS	19
	<u>290</u>

13. Outras contas a pagar

	<u>31/12/2021</u>
Partes relacionadas - nota 15.1	271
Total	<u>271</u>

14. Imposto de renda e contribuição social

14.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	<u>31/12/2021</u>
Imposto diferido ativo	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	310
Total do imposto diferido ativo	<u>310</u>

As movimentações do imposto de renda e contribuição social diferidos para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

Saldos em 07 de julho de 2021	<u>-</u>
IRPJ/ CSLL diferidos reconhecidos no resultado do período	310
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>310</u>

14.2 Prazo estimado de Realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2021 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

14.3 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	<u>31/12/2021</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(912)
Alíquotas nominais	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	310
Corrente	-
Diferido	310
IRPJ e CSLL no resultado	310
Alíquotas efetivas	-34,0%

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

15. Partes relacionadas

15.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

As naturezas dos saldos em contas do balanço patrimonial com partes relacionadas referem-se a transações compostas por outras contas a pagar: saldos a pagar para reembolso de despesas da Empresa custeadas por outras partes relacionadas.

	<u>Passivo</u>
	<u>Outras contas a pagar</u>
	<u>31/12/2021</u>
Partes relacionadas	
JSL S/A	6
CS Brasil	255
CS Brasil Frotas	10
Total	271
Circulante	271
Total	271

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021, é de R\$ 11.566 dividido em 11.566 quotas, sendo 64% de sua controladora CS Brasil Transportes e 36% distribuídos entre as demais acionistas: 17,25% B2I Participações Ltda, 17,25% MTSUL Construções Ltda. e 1,50% SERVENG Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia.

	<u>Valor</u>	<u>Cotas</u>
Saldos em 07 de julho de 2021	-	-
Integralização de capital (i)	7.300	7.300
Aumento de capital (ii)	4.266	4.266
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.566	11.566

- (i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Sociedade efetuou uma integralização de capital na importância de R\$ 7.300 mediante a criação de 7.300.000 quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em 13 de dezembro de 2021 a Sociedade teve um aumento de capital na importância de R\$ 4.266 mediante a criação de 4.266.000 quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

17. Cobertura de seguros (saldos apresentados em Reais)

A Sociedade possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

- a) Seguros para garantias de obrigações públicas

Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

Os seguros sobre propriedade de terceiros estão apresentados da seguinte forma:

Sompo Seguros S.A.

Serviços segurados	Vigência	Cobertura		
Cobertura Básica - Obras Cíveis Em Construção E/Ou Instalações E Montagens (Occ/Im)	13/01/2022 a 03/01/2023	3.240.348		
Cobertura Adicional - Manutenção Ampla				
Cobertura Adicional - Danos Físicos Em Consequência De Erro De Projeto Para Obras Cíveis	03/01/2022 a 03/07/2023	3.000.000		
Cobertura Adicional - Responsabilidade Civil Geral E Cruzada - Com Fundação				
Cobertura Adicional - Responsabilidade Civil Empregador				
Cobertura Adicional - Lucros Cessantes Decorrentes De Responsabilidade Civil Geral				
Cobertura Adicional - Danos Morais Decorrente De Responsabilidade Civil Geral Cruzada	03/01/2022 a 03/07/2023	1.500.000		
Cobertura Adicional - Danos Morais Decorrente De Responsabilidade Civil Empregador				
Cobertura Adicional - Propriedades Circunvizinhas (Danos Físicos Às Outras Propriedades Do Segurado) - Com Fundação	03/01/2022 a 03/07/2023	1.000.000		
Cobertura Adicional - Obras Cíveis Em Construção, Instalações E Montagens Concluídas	03/01/2022 a 03/07/2023	500.000		
Cobertura Adicional - Despesas Extraordinárias				
Cobertura Adicional - Tumultos				
Cobertura Adicional - Despesas De Desentulho				
Cobertura Adicional - Equipamentos Móveis E Estacionários Utilizados Na Obra				
Cobertura Adicional - Obras Cíveis Em Construção, Instalações Aceitas Ou Colocadas Em Operação				
Cobertura Adicional - Armazenagem Fora Do Canteiro De Obras Ou Local De Risco				
Cobertura Adicional - Salvamento E Contenção De Sinistros				
Cobertura Adicional - Transportes De Materiais A Serem Incorporados A Obra				
Cobertura Adicional - Equipamentos De Informática			03/01/2022 a 03/07/2023	100.000
Cobertura Adicional - Ferramentas E Equipamentos De Pequeno E Médio Porte			03/01/2022 a 03/07/2023	50.000
Cobertura Adicional - Instalações Provisórias	03/01/2022 a 03/07/2023	30.000		

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fairfax Brasil Seguros Coporativos S.A.

Serviços segurados	Vigência	Cobertura
RC Cruzada Obras	25/08/2021 a 25/08/2022	10.000.000
Danos Morais		
Erro de Projetos - OBRAS		
Fundações - Obras		
Poluição Súbita		
Danos Estéticos		
Responsabilidade Civil de Empresas Concessionárias de Pontes e/ou Rodovias		

AXA XL Seguros S.A.

Serviços segurados	Vigência	Cobertura
Limite Máximo de Indenização Danos Materiais todos os riscos operacionais, ocorridos de forma acidental, súbita e imprevista aos bens segurados, incluindo Danos da Natureza	25/08/2021 a 25/08/2022	7.000.000
Recuperação de Encostas e Taludes (inclusive taludes naturais)	25/08/2021 a 25/08/2022	2.000.000
Danos Elétricos		200.000
Despesas de Desentulho		500.000
Despesas de Salvamento e Contenção de Sinistros		100.000
Equipamentos Eletrônicos - Sem Roubo		100.000
Equipamentos Estacionários		500.000
Despesas Emergências para manutenção do fluxo de veículos		500.000
Equipamentos Móveis		500.000
Roubo e Furto Qualificado de Bens nas Dependências do Segurado		100.000
Roubo de Valores no Interior das Dependências do Segurado (dentro do cofre forte)		100.000
Roubo de Valores em Trânsito		100.000
Tumultos, Greves, Lockout e Atos Dolosos		100.000
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado, Granizo e Impacto de Veículos		1.000.000
Infidelidade de Empregados		1.000.000
Quebra de Máquinas		200.000
Honorários de peritos		500.000
Demolição e Aumento no Custo de Construção		1.000.000
Pequenas Obras de Engenharia, para Ampliações, Reparos ou Reformas		1.000.000
Despesas Extraordinárias		1.000.000

Adicionalmente, a Sociedade possui seguro garantia cuja cobertura contratada é considerada pela Sociedade suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros são de R\$ 14.343.457,74 com início de vigência em 23 de julho de 2021 e fim em 23 de julho de 2022 tendo como segurado o Ministério da Infraestrutura.

O objetivo é garantir a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para a Sociedade, encontrando-se também garantidos os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93, podendo ainda ser contratada, com verba específica independente, a cobertura adicional de ações trabalhistas e previdenciárias.

Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o período de 07 de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Gastos por natureza

As informações de resultado da Sociedade são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	07/07/2021 a 31/12/2021
Pessoal e encargos	(863)
Outros custos	(63)
	(926)
Despesas administrativas	(926)
	(926)

19. Eventos subsequentes

19.1 Situação Ucrânia e Rússia

A Sociedade tem acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entende que, considerando que não possui quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de *commodities*, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. A administração não identificou impactos nas presentes demonstrações financeiras e não espera efeitos relevantes no desempenho de suas atividades e em sua posição patrimonial decorrentes do cenário descrito.

Grãos do Piauí
Concessionária de
Rodovias SPE S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas
Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 07 de julho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período compreendido entre 07 de julho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.



Grãos do Piauí Concessionária de Rodovias SPE S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1B024501/ "O" - 9